

3

GOVERNO LOCAL:

FACTORES E RAZÕES A FAVOR DA DESCENTRALIZAÇÃO

Cada país faz suas próprias escolhas distintas em relação à descentralização. No entanto, países africanos têm as seguintes considerações e raciocínios em comum:



Demanda de serviços locais: A existência de autoridades locais com responsabilidades é quase inevitável, pois nem todos os serviços podem ser concedidos pelas autoridades centrais. Quase todos os países possuem autoridades locais que prestam alguns serviços locais. Contudo, a questão é quanto poder esses governos locais têm e se eles são eleitos localmente. Dependendo da resposta, os governos locais podem estar meramente desempenhando funções delegadas em nome do governo central, e não completamente entidades descentralizadas (vide Ficha Informativa #1).



Resolução de conflitos: Países emergentes de situação pós-conflito às vezes fortalecem governos locais de modo a estimular uma expressão regional ou local de grupos étnicos, religiosos, culturais, regionais ou políticos. Na Etiópia, por exemplo, a Constituição atribui poderes a grupos étnicos para estabelecerem seus próprios governos locais.



História: A existência de um sistema de governo local é frequentemente em função da história. Por exemplo, muitos países africanos herdaram sistemas de governo local com base no seu passado colonial. Estes eram muitas vezes centralizados, e os governos locais eram meramente para desempenho de funções delegadas, em vez de ter um grau real de autonomia. Por exemplo, nações como o Uganda, a Zâmbia e o Zimbábue inicialmente herdaram as administrações de governo local que estavam em vigor durante o período em que eram colônias britânicas, e alguns elementos dessa administração ainda estão presentes nos dias de hoje.



Demanda pela democracia local: O empoderamento dos governos locais é por vezes exigido pela sociedade civil ou por movimentos políticos durante períodos de reforma constitucional. Por exemplo, a pressão da sociedade civil e da oposição resultou no reconhecimento do governo local na Constituição do Zimbábue em 2013. O mesmo pode ser dito sobre a inclusão do governo local nas emendas constitucionais de 2016 na Zâmbia, e no reconhecimento do governo local na Constituição de 2004 de Moçambique.

Há também razões mais gerais que promovem ou desencorajam a descentralização para governos locais:



Forma mais eficaz de utilização do erário público: As pessoas que vivem em diferentes localidades têm necessidades diferentes. Uma comunidade pode exigir mais estradas, enquanto outra procura melhores serviços de saúde. Atribuir aos governos locais o poder de escolha pode melhorar o alinhamento entre o que as pessoas querem e como os governos gastam dinheiro.



Criatividade e inovação: Os governos costumam criar novos programas e políticas. Quando uma nova política é bem-sucedida, eles dão continuidade a mesma. Se não funciona, eles a abandonam. Num sistema centralizado, quando o governo central introduz algo novo pelo país inteiro, muitas vezes, participa de modo experimental, e como tal, é todo o país que fracassa ou tem sucesso. Isto é diferente com a descentralização: uma autoridade local pode tentar um novo programa ou política e, se fracassar, o fracasso é contestado. Se for bem-sucedido, no entanto, outros governos locais podem aprender e copiá-lo.



Responsabilidade democrática: O empoderamento dos governos locais pode melhorar a democracia. Frequentemente, é mais fácil para os cidadãos identificar e entrar em contacto com funcionários locais e políticos e pedir que prestem contas por suas decisões, em comparação com a responsabilização de políticos e funcionários do nível central. Funcionários locais devem ter uma conexão mais próxima com os cidadãos do governo local do que políticos e funcionários do nível central.



Tolerância pela divergência política: Se os governos locais são eleitos localmente, uma autoridade local pode ser governada por um partido (ou coligação) diferente daquele que está no poder executivo no nível central. Isto tem sido o caso, por exemplo, na África do Sul e no Zimbábue, onde centros urbanos como a Cidade do Cabo na África do Sul, e Harare e Bulawayo no Zimbábue foram governados por partidos que estão na oposição no governo central. A descentralização exigirá que ambas as partes aceitem estes possíveis resultados. Além disso, irá exigir que as partes trabalhem juntas. Se este processo for gerido adequadamente, pode contribuir para maior tolerância política.



Política de aprendizagem: Governos locais emponderados podem funcionar como “escolas” para liderança política. Os políticos podem aprender a arte da política no nível local antes de passar para posições regionais ou nacionais.

ARGUMENTOS CONTRA A DECENTRALIZAÇÃO

Entretanto, há também perigos e desvantagens na descentralização:



IDesigualdade entre as áreas geográficas: Governos locais fortes podem agravar a desigualdade entre áreas geográficas, particularmente quando dependem de financiamento local. Se uma localidade é muito pobre, ela recebe serviços ruins porque o governo local não pode arrecadar muitos fundos dos cidadãos locais. Em contraste, uma localidade mais rica provavelmente se beneficiará de melhores serviços porque o governo local pode arrecadar mais financiamento de seus cidadãos. Veja Ficha Informativa #8 sobre como isto pode ser superado.



Economias de escala: Exercer funções localmente nem sempre faz sentido. Pode resultar em duplicação desnecessária. Por exemplo, será que cada cidade precisa de seus próprios serviço de ambulância?



Interesses regionais ou nacionais: Poder muito localizado pode levar a que os governos locais persigam apenas seus próprios interesses, em detrimento dos interesses regionais ou nacionais. Por exemplo, se os governos locais impõem impostos erráticos ou fazem empréstimos de forma descontrolada, isso pode contribuir para a inflação ou prejudicar a estabilidade macroeconômica.

Nenhuma destas vantagens ou desvantagens é conclusiva por si só. Todas devem ser consideradas e ponderadas, e as circunstâncias locais irão determinar o melhor resultado. Mas qualquer sistema de descentralização deve capitalizar os benefícios e minimizar os efeitos negativos. Isto requer um projeto cuidadoso e ajuste constante.